



Reprodução, habitus, campo: como Bourdieu pensa o trabalho?

Maxime Quijoux

► To cite this version:

Maxime Quijoux. Reprodução, habitus, campo: como Bourdieu pensa o trabalho?. Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho, 2021, 54, pp.220-236. 10.22478/ufpb.1517-5901.2021v1n54.60155 . halshs-03511069

HAL Id: halshs-03511069

<https://shs.hal.science/halshs-03511069>

Submitted on 13 Dec 2022

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

**REPRODUÇÃO, HABITUS, CAMPO:
como Bourdieu pensa o trabalho?¹**

***REPRODUCTION, HABITUS, FIELD:
how does Bourdieu think work?***

Maxime Quijoux*

(Tradução de Maurício Rombaldi**)

Resumo

Embora Bourdieu seja um dos intelectuais mais citados na Sociologia mundial, o seu pensamento sobre o mundo do trabalho permanece, em grande medida, ignorado. Isso se deve à crença amplamente difundida de que o sociólogo francês, ao longo de sua carreira, nada disse para lançar luz sobre esse campo, e a críticas que se restringiram, frequentemente, a apontar os limites e a inadequação do seu conceito de dominação para a análise das relações sociais de produção. A partir de uma leitura abrangente de sua obra, este artigo demonstra como Bourdieu aplica seus principais conceitos – reprodução, habitus e campo – a diferentes espaços do trabalho. Além disso, sua Sociologia conduz a dois resultados: de um lado, permite-nos pensar sobre as subjetividades no trabalho, por meio de uma Sociologia voltada às dinâmicas de longo prazo, articuladas a instituições sociais como a escola e o Estado; de outro, renova a compreensão das relações sociais no trabalho com a análise das lutas simbólicas que envolvem a definição e a legitimidade de cargos e profissões. Mais do que um sociólogo do trabalho, Bourdieu é, acima de tudo, um sociólogo dos trabalhadores.

Palavras-chave: Bourdieu. Trabalho. Habitus. Classes. Campo. Escola.

Abstract

Although Bourdieu stands as one of the most cited intellectuals in the worldwide sociology, his thought on the world of work remains largely ignored. This is due to both the commonly held belief that the French sociologist, throughout his career, has said nothing to shed light on this field, and the critiques often restricted to pointing out the limits and inadequacy of his concept of domination for the analysis of social relations of production. Building on a comprehensive reading of his writings, this article demonstrates how Bourdieu applies his main concepts – reproduction, habitus, and field – to different workplaces. In addition, his sociological approach leads to two results: on the one hand, it allows us to think about subjectivities at work through a sociology focused on long-term dynamics, connected to social institutions such as the school and the State; on the other hand, it renews the understanding of social relations at work through the analysis of symbolic struggles involving the definition and legitimacy of positions and professions. More than a sociologist of work, Bourdieu is, above all, a sociologist of workers.

Keywords: Bourdieu. Work. Habitus. Classes. Field. School.

¹ Este texto provém da obra *Bourdieu et le Travail* que editei e escrevi em conjunto com outros autores e que foi publicada, em 2015, pela *Presses Universitaires de Rennes*.

* Doutor em Sociologia pelo *Institut de Hautes Etudes de l'Amérique Latine* (IHEAL), de Paris. Pesquisador do CNRS, membro do *Laboratoire Interdisciplinaire de Sociologie Economique* (LISE) do *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM), em Paris. Sociólogo do trabalho, além de produzir *Bourdieu et le Travail*, é autor de diversas obras sobre a retomada de empresas e cooperativas na Argentina e na França. Atualmente, é membro das revistas *Terrains & Travaux* e *Nouvelle Revue du Travail*. E-mail: maxime.quijoux@lecnam.net

** Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é editor associado da Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS/ANPOCS) na área de Sociologia e coordenador do GT10 da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho “Trajetórias e Disposições Sociais em meio às Reconfigurações do Mundo do Trabalho”. E-mail: mauricio.rombaldi@gmail.com

Quase 20 anos após a sua morte, Pierre Bourdieu continua a ser um dos sociólogos mais citados do mundo. Em meio a esse reconhecimento internacional, o campo do trabalho se destaca por sua persistente circunspecção. Desde a publicação de seus primeiros trabalhos sobre escola e cultura, Bourdieu tem suscitado, entre especialistas interessados pelas problemáticas do mundo do trabalho, na melhor das hipóteses, indiferença e, na pior, franca hostilidade. No seu país de origem, provavelmente o espaço científico onde possui maior influência, os sociólogos do trabalho têm, há muito tempo, acolhido com reservas as teorias do professor do *Collège de France*. Em um campo de estudo no qual, por muito tempo, o marxismo constituiu o modo de análise hegemônico, as teorias de dominação e a primazia da escola na explicação social têm mantido duradouramente afastadas as ferramentas bourdieusianas das análises do mundo do trabalho. A publicação do texto de Bourdieu “*La double vérité du travail*”, em 1996, no qual ele considera as formas de autonomia no trabalho como manifestações de uma exploração subjetiva dissimulada, acabou por distanciar consideravelmente os sociólogos do trabalho do pensamento do autor. Quando da publicação, em 2012, de um dicionário do trabalho que reunia os principais estudiosos franceses no tema, Bourdieu foi mencionado apenas três vezes (BEVORT *et al.*, 2012). Em outras partes do mundo, prevalece a mesma postura. Acusado de ter contribuído largamente para o *cultural turn* das Ciências Sociais, Bourdieu foi considerado responsável pela marginalização da questão do trabalho na análise do mundo social e, da mesma forma, do paradigma marxista (BROOK; DARLINGTON, 2013). Alguns, como Michael Burawoy (2012), julgam que os instrumentos do autor são inoperantes para compreender as relações sociais e a atitude dos dominados, considerando, por exemplo, que o *habitus* “não é um conceito científico, mas uma noção comum com um nome reluzente – um conceito sem conteúdo” (BURAWOY, 2012, p. 204).

Essa inclinação antibourdieuiana é, no entanto, cada vez mais contestada em meio à comunidade de sociólogos do trabalho. Na França, pesquisas e manuais de metodologia que afirmam explicitamente basear-se na obra do sociólogo têm ocupado um lugar crescente no espaço acadêmico (AVRIL *et al.*, 2010; GIRAUD; YON; BEROUD, 2018). Um colóquio e um livro foram, inclusive, dedicados à relação entre Bourdieu e o trabalho (QUIJOUX, 2015). Da mesma forma, em estudos de língua inglesa, seus conceitos conseguiram lançar nova luz sobre problemáticas de pesquisa (RANDLE *et al.*, 2015; ÖZBILGIN; TATLI, 2005). Quanto aos campos de investigação latino-americanos, os sociólogos já não hesitam em mobilizar suas ferramentas (ROMBALDI; TOMIZAKI, 2017; TOMIZAKI, 2006), particularmente no Brasil, onde Bourdieu está presente há muito tempo (LEITE LOPES, 2013).

Este artigo faz parte desse movimento de apropriação das ferramentas bourdieusianas para a análise do trabalho. Realizada a partir de uma releitura completa da obra do sociólogo na sua língua original, esta investigação hermenêutica visa a examinar a forma como Bourdieu mobiliza esse objeto por meio dos seus principais conceitos. Também demonstrarei que ele permite esclarecer os mecanismos de afiliação profissional, bem como a dinâmica da construção

de uma atividade ou de uma profissão. De fato, Bourdieu desenvolve pistas interessantes para compreender tanto as condições objetivas quanto as subjetivas nas relações de trabalho: como as pessoas se reconhecem em seu trabalho? Por que e sob quais condições sociais elas são levadas a defendê-lo? O interesse da perspectiva bourdieusiana é retirar o foco central da atividade para revelar as estruturas sociais gerais às quais obedecem os modos de conduta e de práticas profissionais.

Para tanto, primeiramente, nos voltaremos para a reprodução social e para o papel da escola na “fabricação” de trabalhadores. Um segundo momento será dedicado ao papel do habitus na criação de identidades profissionais. Finalmente, a última parte abordará a forma como a noção de *campo* esclarece a dinâmica das profissões.

Das disposições às posições, da escola ao local de trabalho

Pouco conhecida, a primeira investigação desenvolvida por Pierre Bourdieu versou sobre os trabalhadores assalariados argelinos. No final dos anos 1950, o sociólogo conduziu uma ampla pesquisa destinada a analisar os efeitos da colonização sobre a população. Apoiado por uma equipe de estudantes e estatísticos, ele demonstrou que “na situação colonial”, o trabalho aparece como “o lugar, por excelência, do conflito entre os modelos tradicionais e os importados e impostos pela colonização, ou se quiser, entre os imperativos da racionalização e as tradições culturais” (BOURDIEU *et al.*, 1963, p. 266). A partir de um duplo trabalho estatístico e etnográfico, o autor relatou a forma como a colonização desmonetizara profundamente o mundo camponês baseado em lógicas de honra, trabalho e reciprocidade, para transformá-lo em um universo dominado pelo desemprego e pela precariedade das condições de existência.

Ao retornar à França, Bourdieu voltou-se para a educação e a cultura. Em conjunto com Jean-Claude Passeron, Bourdieu se envolveu em uma nova pesquisa que, no início, não possuía objeto realmente delimitado, exceto pela população estudantil que se apresentava a eles. Ao mesmo tempo uma “*petite cuisine permanente*”² e um “grande projeto” (DELSAUT, 2005, p. 69), essa nova pesquisa destinou-se a combater certas ideias preconcebidas sobre a universidade na sociedade francesa. A experiência argelina aparece então como uma fonte de análise: como diz Bourdieu “em particular [...] a relação entre as expectativas subjetivas e as chances objetivas, que eu havia observado no comportamento econômico, demográfico e político dos trabalhadores argelinos, e que tornei a encontrar nos estudantes franceses ou suas famílias” (BOURDIEU, 1987, p. 34). As estatísticas demonstram que “um filho de um executivo sênior tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade do que o filho de um trabalhador rural e quarenta vezes mais do que o filho de um operário” (BOURDIEU; PASSERON, 1964, p. 12), uma constatação que levou os autores a falar da “eliminação” das classes mais desfavorecidas. Longe de reduzir

2 Com a expressão *petite cuisine permanente*, remete-se à ideia de uma dimensão “artesanal” do processo desenvolvido pela equipe de pesquisa (nota do tradutor).

as desigualdades de classe, a escola contribui, na realidade, para naturalizar essas clivagens, legitimando o acesso às diversas posições do espaço social que correspondem, em uma época de pleno emprego, a diferentes segmentos do mercado de trabalho. Assim, a exemplo dos subproletários argelinos,

[...] porque o desejo razoável de subir por meio da escola não pode se constituir enquanto as chances objetivas de sucesso forem ínfimas, [...] seu comportamento [dos trabalhadores franceses] é regulado objetivamente por uma estimativa empírica dessas expectativas objetivas, comuns a todos os indivíduos de sua categoria (BOURDIEU, 1966, p. 331).

De modo contrário, tudo encoraja as frações mais favorecidas da sociedade a se envolverem no jogo escolar: como herdeiros do capital cultural, eles se beneficiam tanto mais dessa vantagem quanto ela está próxima das expectativas sociais e culturais da instituição escolar. A correspondência social às vezes é tão forte que se chega a questionar se, “[...] como diziam os romanos, eles não se contentam a ‘ensinar os peixes a nadar’” (BOURDIEU, 1989, p. 101). Sobretudo, a escola é capaz de transformar esse privilégio em “dom”, ou seja, em “graça individual ou mérito pessoal” e, assim, alcança aquilo a que se destina, a saber “[...] inculcar aos destinatários legítimos o arbitrário cultural que se espera que [ela] reproduza” (BOURDIEU; PASSERON, 1970, p. 48).

É por meio do diploma que ela concede – ou não – que a escola mais contribui para legitimar trajetórias e posições sociais. De fato, ela difunde a ideia de “que as pessoas ou os postos que elas merecem, em função de sua instrução e dos seus *títulos*, desempenha um papel determinante na imposição de hierarquias dentro e fora do trabalho (BOURDIEU, 1980b, p. 256). Para Bourdieu, “[...] agindo como representante do banco central do crédito simbólico que é o Estado, [o diploma] garante e consagra um certo estado de coisas, entre o discurso e a realidade [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 538), produzindo, nesse sentido, efeitos determinantes sobre a percepção coletiva dos portadores de diplomas. Ao atribuir “[...] um monopólio legítimo de uma virtude social ou competência, [...] isto é, uma capacidade legalmente reconhecida de exercer um poder eficiente porque legítimo (como o de dar ordens)” (BOURDIEU, 1989, p. 167), esse ato de consagração constitui “[...] o atributo indiscutivelmente mais decisivo (junto com a profissão, para cuja determinação ele contribui fortemente) da identidade social [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 165). Consequentemente, a instituição escolar não determina simplesmente o acesso a diferentes cargos ou profissões, que são a base do espaço social. Por meio da força simbólica que o certificado comporta, ela possui um poder de atribuição de status que também condiciona de forma duradoura a relação que os agentes mantêm com o seu trabalho. De fato, o certificado contribui para atribuir uma “essência”, “[...] um direito de acesso a um cargo no qual a maioria das habilidades técnicas necessárias para ocupá-lo são frequentemente adquiridas” (BOURDIEU, 1989, p. 166). Essa consagração é, por vezes, tão forte que, para as

escolas e os diplomas mais prestigiosos, chega a instituir “uma *relação de ordem definitiva*, [...] uma nobreza” (BOURDIEU, 1994, p. 41-42).

Esse vínculo que Bourdieu estabelece entre educação e trabalho o levou a antecipar um fenômeno que afetaria toda a sociedade francesa a partir dos anos 1980. Já nos anos 1960, ele tratou dos corolários da massificação escolar sobre a conduta profissional daquela geração. Ao mesmo tempo em que evoca, junto de Passeron, em *A Reprodução*, as adaptações erráticas do trabalho docente frente à “diversificação” do público universitário, Bourdieu enfatiza, em especial, o impacto da desvalorização dos títulos acadêmicos sobre as subjetividades. Nesse sentido, enquanto os trabalhadores sem qualificações são os mais expostos aos efeitos dessa desvalorização (BOURDIEU, 1979, p. 150), a maioria dos graduados desta geração – e daquelas que se seguirão – observam uma decepção que resulta “[...] de aspirações desajustadas com relação às suas chances objetivas de realização” (BOURDIEU, 1984, p. 216). Ele especifica: “Esse é o caso, que tem o valor de um limite, dos detentores de um diploma de ensino geral ou de um CAP³ e, até mesmo, de um *baccalauréat*⁴ (em 1968, havia milhares de OS – *ouvriers spécialisés*⁵ – em posse desse título), os quais são enviados de volta a ocupações manuais que atribuem um baixo valor econômico e simbólico aos diplomas de educação geral e até mesmo aos diplomas técnicos, e que estão, assim, condenados à desqualificação objetiva e/ou subjetiva, bem como à frustração provocada pela experiência da inutilidade do diploma (tal como o jovem trabalhador diplomado que, condenado a fazer o mesmo trabalho de operários desprovidos desse certificado ou, “pior”, de “estrangeiros”, conclui: “Não fiz cursos durante quatro anos para cortar arruelas”) (BOURDIEU, 1984, p. 216).

No entanto, nem todos os agentes estão desencantados com as repercussões dessa crise da instituição escolar sobre o mundo do trabalho. Em razão da sua posição no espaço social, alguns graduados aproveitam a indeterminação de certos cargos para reconverter suas qualificações e manter, assim, suas aspirações profissionais. Nos diz Bourdieu que

Aqueles que pretendem escapar da desclassificação podem tanto produzir novas profissões mais ajustadas às suas pretensões [...] quanto adequar as profissões às quais seus títulos já lhes dão acesso, de acordo com suas aspirações, por meio de uma redefinição que envolva uma reavaliação (BOURDIEU, 1984, p. 167).

Enquanto “desafio de lutas permanentes”, esse ajuste semântico, técnico e social dos postos de trabalho “[...] tem todas as chances de ser tão grande quanto a elasticidade de [sua] definição” (que provavelmente aumentará à medida que se subir na hierarquia dos cargos) e em razão dos novos ocupantes serem de origem social elevada [...]” (BOURDIEU, 1984, p. 1967).

3 O *certificat d'aptitude professionnelle* (CAP) é o diploma mais baixo do ensino técnico francês.

4 O *baccalauréat* é o diploma concedido no final do ensino médio que permite o acesso ao ensino superior, em particular à universidade.

5 Os *ouvriers spécialisés* são os trabalhadores menos qualificados na organização do trabalho.

Ao investir em profissões novas ou com atribuições confusas como na área cultural ou artística (BOURDIEU, 1992), uma fração das classes dominantes escapa assim à desqualificação social associada à desvalorização de sua formação. Essa salvação social deve-se essencialmente ao “recrutamento [que] ainda se faz, quase sempre, por cooptação, ou seja, na base das ‘relações’ e afinidades de habitus” (BOURDIEU, 1979, p. 168).

Ao final, os grupos que ocupam as mais altas posições no espaço social são mais ou menos afetados pelos efeitos da massificação escolar: Bourdieu procura demonstrar como as frações mais dominantes da sociedade francesa estabeleceram um sistema escolar quase paralelo cuja função consiste em reforçar a endogamia do grupo e sua supremacia. Mediante sua “delimitação seletiva”, seus “ritos institucionais” e seus diplomas, não é somente o ingresso nessas escolas que “[...] tende a livrar os escolhidos das incertezas e imprevistos da história biográfica, conferindo ao ponto inicial da trajetória o poder [...] de delimitar [...] uma classe de trajetórias prováveis” (BOURDIEU, 1984, p. 128); mas também tem um poder performativo, pois “[...] as práticas obrigatórias que o sentimento da diferença impõe aos alunos das aulas preparatórias e das grandes *écoles*⁶ tendem a reforçar objetivamente sua diferença” (BOURDIEU, 1984, p. 157). Mas essas escolas têm, também, por missão, formar os futuros chefes de alta hierarquia para as tarefas que seus cargos exigem. Ao considerar que “pessoas sublimes [estão] condenadas à sublimação” (BOURDIEU, 1984, p. 155), Bourdieu se esforça, então, para mostrar o condicionamento dos estudantes, por meio do exercício singular do ensaio sob a pressão permanente de seus professores.

Assim, tudo converge para fazer dessas “escolas de elite” verdadeiras *escolas de lideranças*: a subordinação da aprendizagem à pressão da urgência e o acompanhamento rigoroso e contínuo do trabalho são bem adequados para inculcar essa relação à cultura, tanto dócil quanto segura, que predispõe mais ao exercício do poder do que à prática da pesquisa que se evoca, em efeito, quando se fala em “cultura geral”. Essa arte de mobilizar instantaneamente todos os recursos disponíveis e aproveitá-los ao máximo, que certos exames competitivos, como o da ENA⁷, elevaram à mais alta intensidade, e a garantia estatutária que acompanha esse domínio, estão, sem dúvida, no primeiro plano daquelas “virtudes de chefes” que são sancionadas e consagradas por todas as *grandes écoles* e que predispõem mais aos cálculos pragmáticos e disciplinados para a tomada de decisões do que à ousadia e à quebra de paradigmas da pesquisa científica ou artística (BOURDIEU, 1984, p. 118).

Em suma, longe de isolar o mundo do trabalho das suas pesquisas sobre a escola, como tem sido feito com muita frequência – ele mesmo se refere à “falsa independência entre as variáveis ditas independentes” no que diz respeito à relação entre o título escolar e a profissão

6 No sistema de ensino superior francês, as *grandes écoles* são instituições públicas que preparam os futuros funcionários do alto escalão do Estado francês. Altamente seletivas, elas reúnem as elites econômicas, políticas e burocráticas que ocuparão a maior parte das posições de poder nas empresas e nas administrações francesas.

7 A ENA (Escola Nacional de Administração) é uma *grande école* que prepara os futuros executivos e líderes do Estado francês.

(BOURDIEU, 1979, p. 115) – Bourdieu nos oferece, de fato, uma perspectiva de análise muito estimulante ao destacar o papel da instituição escolar na socialização profissional. No entanto, ele não esgota essa questão. A obra de Bourdieu tampouco se limita à escola ou à cultura. Aqui, sua caixa de ferramentas fornece outros conceitos – mais uma vez trazidos da Argélia – que nos permitem pensar sobre os mecanismos sociais presentes no trabalho, principalmente os de habitus e de incorporação.

O trabalho incorporado: habitus, trabalho e espírito de corpo

Em uma crítica contundente ao estruturalismo de Lévi-Strauss, Bourdieu propõe uma nova definição das condutas sociais. Para ele, as práticas dos indivíduos obedecem a seus habitus: produto tanto de uma história coletiva quanto de uma trajetória individual, o habitus é um sistema “de esquemas de percepção, apreciação e ação” (BOURDIEU, 1997, p. 200) de “disposições duráveis e transponíveis” (BOURDIEU, 1980, p. 88), ou seja, o princípio constitutivo de todas as nossas formas de pensar, ser, estar e agir. Programa formatado pela nossa história de classe, o habitus cria “[...] atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão preparados para reagir [...]” (BOURDIEU, 1997, p. 200). Pertencer a um grupo social não implica apenas formas de ver, mas também impõe um *sentido prático* na medida em que “as antecipações do habitus, espécies de hipóteses práticas fundamentadas na experiência passada, conferem um peso desproporcional às experiências iniciais”, levando os agentes a “fazer da necessidade a virtude, ou seja, a rejeitar o que já foi recusado e a almejar o inevitável” (BOURDIEU, 1980, p. 91).

Se a noção de habitus diz respeito, principalmente, a uma socialização decorrente de condições de existência, Bourdieu não hesita em propor variações que se refiram à empresa, à universidade ou à administração. Enquanto *instituições*, elas possuem uma história específica constitutiva de uma socialização “[...] impondo sua lógica particular à incorporação” (BOURDIEU, 1980, p. 96), ou seja, sendo ao mesmo tempo um pertencimento encarnado “[...] que faz com que o rei, o banqueiro, o sacerdote sejam a monarquia hereditária, o capitalismo financeiro ou a Igreja feita homem” (BOURDIEU, 1980, p. 96), mas também um “sentido prático”, “[...] disposições quase corporais, esquemas operacionais, [...] procedimentos transponíveis, truques, golpes ou astúcias [...]” (BOURDIEU, 1980, p. 115), às vezes impostos pela prescrição das tarefas, às vezes descobertos pela sagacidade do trabalhador.

Conforme vimos, a escola e os diplomas desempenham papel central no ajuste entre as disposições sociais e as aspirações subjetivas, mas, também, como “rito de instituição” entre os membros das classes altas, que atua “não apenas como um direito de entrada, mas também como uma garantia de competência vitalícia” (BOURDIEU, 1989, p. 167). Nesse sentido, a instituição

escolar se constitui como uma das propriedades essenciais do *habitus profissional*⁸. No entanto, ele não se reduz a isso. Bourdieu sublinha, a esse respeito, que “o processo de transformação pelo qual alguém se torna mineiro, camponês, padre, músico, professor, ou patrão, é longo, contínuo e insensível, e [...] exclui, salvo alguma exceção, conversões repentinas e radicais” (BOURDIEU, 1997, p. 239). Ele se fundamenta nos meandros da socialização primária, já que tal processo “inicia-se desde a infância, quiçá antes mesmo do nascimento (o que se pode observar de modo privilegiado nisso que por vezes chamamos “dinastias” – de músicos, empresários, pesquisadores etc. –, mobilizando o desejo – socialmente elaborado – do pai ou da mãe e, até, de toda uma linhagem); e prossegue, na maior parte do tempo, sem crises ou conflitos – o que não o torna isento de todo tipo de sofrimentos morais ou físicos, os quais, como *provações*, fazem parte das condições de desenvolvimento da *illusio* [...]” (BOURDIEU, 1997, p. 239). O *habitus* do trabalho é, assim, questão de um encontro osmótico entre disposição e posição, de um efeito de espelho social entre indivíduo e instituição: as condições do *habitus* profissional são, de fato, atendidas:

[...] quando o cargo, mais ou menos institucionalizado, com o programa de ação mais ou menos codificado que lhe é inerente, encontra, como uma peça de vestuário, de uma ferramenta, de um livro ou de uma casa, alguém capaz de se dar bem nele e de se reconhecer nele o suficiente a ponto de retomá-lo por sua própria conta, de tomá-lo em suas mãos, de assumi-lo, e de se deixar possuir por ele (BOURDIEU, 1997, p. 221).

As instituições do trabalho, a partir daí, oferecem uma multiplicidade de casos de *habitus* profissionais que obedecem, todos, aos mesmos mecanismos sociológicos. Assim, ao lado das várias figuras do agente burocrático – funcionário público ou trabalhador de escritório⁹:

o garçom de café não representa o papel de garçom de café, como queria Sartre. Ao vestir o seu uniforme, [...] seu corpo, onde está inscrita uma história, *casa* com a sua função, ou seja, uma história, uma tradição, que ele apenas viu encarnada em corpos ou, melhor, nesses trajes habitados por um certo *habitus* ao que se denomina garçons de café [...] uma forma de manejar a boca ao falar ou de mover os ombros ao caminhar que lhe parecem ser constitutivas do ser social do adulto feito. Não se pode nem mesmo dizer que ele se concebe como garçom de café; ele se encontra muito envolvido na função para a qual foi *socio logicamente* destinado [...] (BOURDIEU, 1997, p. 221-222).

Esse *habitus* faz eco ao dos professores, sobre os quais Bourdieu regularmente abordou o trabalho e as condutas relacionadas. Assim como o garçom, o professor exerce a função que lhe é atribuída pela instituição: aqui, “o cerimonial de prontidão e solicitude” (BOURDIEU, 1997, p. 222) dá lugar “[...] ao figurino de palavras que é para o professor aquilo que a bata ou o casaco

8 Bourdieu jamais se referiu propriamente a um “*habitus* profissional”. Essa formulação, entretanto, não parece abusiva e nos permite, aqui, facilitar a compreensão da sua obra.

9 Quando Bourdieu menciona o “agente burocrático”, ele está se referindo tanto ao trabalhador do Estado – o funcionário público – como, também, ao do setor privado – por meio do trabalhador de escritório, o *comercial* (nota do tradutor).

branco é para o cozinheiro, o cabeleireiro, o garçom ou a enfermeira [...]: as proezas tipicamente carismáticas, tais como acrobacias verbais, alusões herméticas, referências desconcertantes ou a obscuridade peremptória, bem como as receitas técnicas que servem de suporte ou subsídio, tais como a ocultação de fontes, a introdução de anedotas combinadas ou a fuga de expressões comprometedoras [...]” (BOURDIEU; PASSERON, 1970, p. 159) desenham inúmeras práticas de trabalho, isto é, uma profissão incorporada, ponto alto da união entre uma trajetória social e uma instituição.

Os professores universitários aparecem, aqui, como casos paradigmáticos: provenientes, frequentemente, de meios privilegiados, o *homo academicus* geralmente experimenta uma escolaridade “exemplar”, o que significa que “não é possível determinar [...] [se] é o bom aluno que escolhe a escola ou se é a escola que o escolhe, pois tudo em sua conduta *dócil* indica que ele a escolheu” (BOURDIEU, 1997, p. 239). No entanto, nem todos eles desfrutam da mesma “hereditariedade social” ou dos percursos escolares mais prestigiados, de modo que existe um verdadeiro “espaço docente”: Bourdieu mostra que a polarização que estrutura o mundo acadêmico entre as faculdades de ciência e letras, de um lado, e as de direito e medicina, de outro, resulta de situações sociais diferenciadas, que por sua vez produzem habitus e práticas profissionais (BOURDIEU, 1984, p. 70-72). Assim, se:

[...] os professores de ciências e letras que, provenientes das classes populares ou médias, devem ao seu sucesso acadêmico o acesso às classes superiores e, também, aqueles que são oriundos do corpo docente se encontram fortemente inclinados a reinvestir fortemente na instituição que tão bem recompensou seus investimentos anteriores e estão muito pouco inclinados a buscar outros poderes além dos acadêmicos, [...] professores de direito, três quartos dos quais vêm da burguesia, ocupam com mais frequência do que os professores de ciências ou letras posições de autoridade na universidade e posições de poder no meio político ou, até mesmo, no mundo dos negócios (BOURDIEU, 1984, p. 74-75).

Nesse contexto, estes últimos aparecem como figuras paroxísticas do habitus profissional: para esses agentes oriundos de meios “dinásticos” sociais, escolares e profissionais, o acesso à profissão de professor de direito ou de medicina consagra não apenas a harmonia entre posições e disposições, mas, também, implica o pertencimento a um “corpo”, isto é, a um grupo profissional. Fundamentado sobre um processo de seleção drástico, o ingresso nessa profissão se baseia, segundo Bourdieu, menos no reconhecimento de competências específicas do que na afinidade de um habitus de classe feito “espírito de corpo”, típico, nesse sentido, da *nobreza do Estado*:

Verdadeiro direito de entrada no grupo, isso que chamamos de “espírito de corpo” [...], ou seja, essa forma visceral de reconhecimento de tudo aquilo que compõe a existência do grupo, sua identidade, sua verdade, e que o grupo deve reproduzir para se reproduzir, parece indefinível porque não pode ser reduzido às definições técnicas de competência oficialmente exigidas para a entrada no grupo. (BOURDIEU, 1989, p. 430).

Mas as transposições do habitus sobre as representações profissionais também dizem respeito às elites econômicas tradicionais. As grandes sociedades estão divididas:

[...] entre os chefes de Estado, colocados à frente de grandes negócios fortemente ligados ao Estado, tais como grandes empresas industriais (empresas nacionalizadas, empresas de economia mista ou empresas dependentes dos mercados estatais) ou grandes bancos, [...] e os chefes do setor privado, em bancos e empresas industriais ou comerciais privadas, que são (relativamente) menores e menos vinculadas ao Estado (BOURDIEU, 1989, p. 430).

Essa polarização remete a formas de socialização e de habitus distintas entre “os primeiros, [...] provenientes de famílias de altos funcionários públicos ou de profissões liberais”, o que é típico de trajetórias de herdeiros:

[...] colocados sob o signo do público em grandes *lycées d'Etat*, em grandes *écoles*, na alta administração e em grandes organismos do Estado (em particular, a Inspeção de Finanças, o Conselho de Estado e o *corp de mines*) e, finalmente, em grandes empresas nacionais. (BOURDIEU, 1989, p. 431).

E os segundos, “[...] herdeiros de grandes dinastias burguesas ou provenientes da pequena burguesia do comércio ou do artesanato” com origens mais “modestas”, que têm estado essencialmente no setor privado, tanto em suas carreiras educacionais quanto profissionais “[...] mais frequentemente em uma empresa de propriedade de sua família” (BOURDIEU, 1989, p. 431). No entanto, Bourdieu demonstra que esse princípio histórico de legitimidade está sendo gradualmente corroído sob as críticas dos novos ingressantes no campo. Em um mundo econômico agora descrito como “moderno”, essa nova nobreza gerencial e tecnocrática encarnaria “o sentido da evolução” da história no lugar dos *owners*, de uma burguesia “tradicional” incapaz de se adaptar pelo simples fato de dominar o campo (BOURDIEU, 1989, p. 457).

Em última análise, o habitus profissional aparece como uma extensão e uma confirmação do habitus de classe: resultado esperado de uma programação social instituída fora do mundo do trabalho, ele opera e se adapta de acordo com as expectativas do cargo e da profissão, especialmente se a instituição que contrata o trabalhador lhe confere a *liberdade* de realizar as tarefas e as missões a ele confiadas. Se o trabalho é uma atividade humana baseada na produção de um bem ou de um serviço, Bourdieu demonstra, enfim, que ele é a expressão encarnada das relações sociais e dos conflitos que dividem nossas sociedades. O habitus produzido pelo trabalho é, portanto, parte de interações mais complexas, envolvendo grupos maiores. A noção de campo se apresenta, então, como a outra grande ferramenta heurística para a compreensão do fenômeno do trabalho.

Profissões em luta e lutas de classificação: o trabalho como campo

Embora a fabricação do trabalhador em Bourdieu se deva, em grande parte, a mecanismos de socialização primária – o ambiente social de origem, a escola – e secundária – a trajetória social, a compatibilização das disposições sociais e as exigências de um trabalho –, na visão do autor, ela também é uma questão de construção social, de normas e de representações produzidas por diferentes categorias de agentes sobre as atividades, os setores e os ofícios que compõem o mundo do trabalho. Para Bourdieu, o trabalho é um campo, um “[...] espaço estruturado de posições (ou cargos) cujas propriedades dependem de sua posição neste espaço [...]” (BOURDIEU, 1980b, p. 113), dentro do qual agentes ou instituições se engajam em um conjunto de lutas visando ao “[...] monopólio da violência legítima (autoridade específica) [...] ou seja, em definitivo, à conservação ou à subversão da estrutura de distribuição de capital específico” (BOURDIEU, 1980b, p. 114). Em outros termos, assim como o mercado, a arte ou o esporte, o trabalho é um espaço social no qual diferentes agentes se opõem para impor seu domínio e, assim, obter “benefícios específicos assegurados pelo campo” (BOURDIEU, 1984, p. 22). Porém, dominar não consiste em simplesmente ascender a uma posição de poder nesse espaço, mas também visa “[...] a ser percebido como se percebe, a apropriar-se de sua própria objetivação ao reduzir sua verdade objetiva à sua intenção objetiva” (BOURDIEU, 1979, p. 259), bem como a fazer de sua visão de mundo e de suas divisões, produto de seu habitus, um *nomos*, um princípio de divisão universal (BOURDIEU, 1992, p. 222).

O conceito de campo foi inicialmente elaborado para compreender a gênese, o desenvolvimento e as condições de imposição de regras literárias e artísticas contemporâneas (BOURDIEU, 1971). As “revoluções simbólicas” promovidas por Flaubert, Baudelaire ou Manet consistiram em contestar as convenções burguesas, políticas e estatais que dominavam a literatura e a pintura na época. Mas o seu sucesso também implicou uma redefinição da própria profissão de escritor e pintor, de acordo com as expectativas sociais – em grande parte inconscientes – dos pretendentes que se acotovelavam na entrada do campo. Abominar a arte burguesa tanto quanto o “*laissez-all*er espontâneo dos boêmios” (BOURDIEU, 1992, p. 132), essa “dupla ruptura” se baseia não somente na recusa de submeter sua arte a poderes econômicos, políticos ou acadêmicos, mas também em uma nova forma de escrever ou de pintar, seja quanto aos temas abordados – e, mais precisamente, quanto ao seu ecletismo, quer dizer, o “belo” como “vulgar”, tornando o vulgar belo – seja na forma de transcrevê-los, dominada por um controle absoluto da forma: Flaubert afirma assim “escrever bem o medíocre” (BOURDIEU, 1992, p. 161) enquanto Baudelaire pretende “abolir a distinção entre forma, conteúdo, estilo e mensagem” (BOURDIEU, 1992, p. 182), ambos movidos pela ambição artística de oferecer uma “visão intensificada do real” (BOURDIEU, 1992, p. 184), levando Bourdieu a qualificar seu estilo como “formalismo realista” (BOURDIEU, 1992, p. 182).

Ainda que Bourdieu destaque as condições socio-históricas que permitiram a “institucionalização dessa anomia” (BOURDIEU, 1992, p. 222), ele mostra aqui, sobretudo, que nem todos os “trabalhadores” estão subordinados à execução de tarefas, missões ou funções. Bourdieu, de fato, estende rapidamente os mecanismos que conduziram à autonomia do campo artístico para aqueles que constituem um conjunto de grupos profissionais. Ele sublinha que “cada produtor, escritor, artista, estudioso, constrói seu próprio projeto criativo”, no entanto, dentro dos limites autorizados “às categorias de percepção e apreciação do seu habitus, segundo uma determinada trajetória, e em função também da propensão de apreender ou recusar uma ou outra possibilidade, inspirada pelos interesses associados à sua posição no jogo” (BOURDIEU, 1994, p. 72). O autor demonstra que, embora “padres, juristas, intelectuais, escritores, poetas, artistas, matemáticos” (BOURDIEU, 1994, p. 67) disponham de uma autonomia profissional suficiente para definir tanto as suas atribuições quanto as suas prerrogativas, esses grupos profissionais também estão sujeitos a tentativas de intrusão por parte de elementos externos – geralmente neutralizados pelo princípio da concorrência e de *numerus clausus* – mas também, e sobretudo, à competição permanente entre seus membros quanto ao *sentido* a ser atribuído às suas missões e/ou às suas produções. Esse entendimento é então construído de acordo com suas próprias posições e interesses, em relação àqueles dos outros membros do grupo. Assim, tal como ocorre no campo artístico, as profissões intelectuais são atravessadas por dinâmicas relacionais divisionistas, como entre as escolas de vanguarda e as estabelecidas. Desse modo, por trás de uma ciência que se apresenta voluntariamente como “pura e desinteressada”, as descobertas e controvérsias científicas que inquietam estudiosos envolvem interesses particulares cujo principal desafio consiste em impor sua autoridade científica a seus “pares concorrentes”, sinal, segundo Bourdieu, de um alto grau de autonomia do campo (BOURDIEU, 1976). O espaço docente ilustra bem esses mecanismos: enquanto os “clínicos” e os “fundamentalistas” se opõem no campo do ensino da medicina (BOURDIEU, 1984), os membros das faculdades de letras são divididos entre partidários de uma legitimidade estritamente universitária “fundamentada, principalmente, no domínio dos instrumentos de reprodução do corpo docente, do júri da *agrégation*¹⁰, do comitê consultivo das universidades¹¹[...]” e aqueles que confiam em seu “[...] prestígio científico medido pelo reconhecimento concedido pelo campo científico”, mas, também, pela mídia “[...] que é o índice tanto de um poder de consagração e de crítica quanto de um capital simbólico de notoriedade” (BOURDIEU, 1984, p. 107-108). Entre essas profissões, o mundo jurídico se constitui como um “caso de manuais”, uma vez que se apresenta como um exemplo paradigmático da noção de campo sem, no entanto, dispor da autonomia que a sua definição pressupõe: se a atividade judicial está, de fato, baseada na luta pelo “monopólio do legítimo

10 A *agrégation* é um concurso altamente seletivo para se tornar professor, o que permite um melhor salário e uma maior mobilidade no ensino médio e superior.

11 Os comitês consultivos remetem às instâncias de gestão dos cursos, das disciplinas e dos universitários dentro das faculdades.

exercício da competência judicial”, opondo juristas exegetas e juízes encarregados da aplicação das leis, esse conflito é indispensável para o funcionamento do campo, já que ambos concorrem, por meio de seus respectivos trabalhos – de codificação, de um lado, e de interpretação, de outro –, para a regulamentação de regras e práticas profissionais. De fato, toda a sua atividade consiste em “[...] determinar os conflitos que merecem atenção e a *forma* específica que devem tomar a fim de se constituírem debates jurídicos adequados” (BOURDIEU, 1986, p. 11). Intermediário entre o mundo profano e o mundo sagrado da justiça, o campo jurídico “[...] é [portanto] inseparável da instauração do monopólio desses profissionais sobre a produção e a comercialização dessa categoria particular de produtos que são os serviços jurídicos” (BOURDIEU, 1986, p. 11).

Se o sociólogo evoca o trabalho como um “campo de lutas” que opõe patrões e trabalhadores (BOURDIEU, 1980b, p. 251), os quais requerem meios de ação específicos, a exemplo da greve (BOURDIEU, 1987), sua definição de trabalho está longe de ser estritamente materialista. Nesse sentido, as reivindicações que emanam do mundo do trabalho resultam de disputas que se desenvolvem em arenas frequentemente distantes dos locais de trabalho. Como um “banco central de capital simbólico”, o Estado se constitui, ao mesmo tempo, como o espaço, o ator e a instituição que mais contribui para essas lutas: pensa-se imediatamente no seu papel como árbitro em negociações coletivas (BOURDIEU, 1987); mas, para Bourdieu, sua influência vai muito além do papel que lhe é oficialmente atribuído no âmbito das relações industriais. Uma vez mais, por meio do diploma que emite, a escola – e, portanto, o Estado – é onipresente “[...] nos conflitos, nas negociações, nos contratos individuais ou nos acordos coletivos que são firmados entre empregadores e empregados a respeito de todas as questões que os separam”: a definição dos postos de trabalho, ou seja, das tarefas que os ocupantes devem realizar e daquelas que têm o direito de recusar; as condições de acesso aos cargos, ou seja, as propriedades, particularmente os títulos escolares que os ocupantes dos cargos devem possuir; as remunerações, absolutas e relativas, nominais ou reais; e os nomes das profissões, que fazem parte da remuneração simbólica – positiva, no caso de posições de prestígio, ou negativa, no caso de profissões malvistas, vergonhosas ou inglórias, frequentemente usadas como insultos e designadas, no uso oficial, por eufemismos (BOURDIEU, 1989, p. 172). No entanto, o diploma escolar nunca é capaz de definir a totalidade das características de uma função, a qual está sujeita a contingências profissionais e a apropriações individuais. Desse modo, “[...] a existência permanente de uma discrepância – maior ou menor, dependendo do momento e do setor – entre o simbólico e o técnico, entre o nominal e o real, abre infinitas possibilidades a estratégias destinadas a aproximar o nominal do real ou o real do nominal” (BOURDIEU, 1989, p. 173). Nesse sentido, o mundo do trabalho em Bourdieu não é apenas a extensão de um habitus e de uma condição de classe e, em efeito, de reprodução social: como campo, ele é um espaço dinâmico no qual diferentes agentes – principalmente sindicatos e empregadores – se opõem e tentam impor suas definições sobre “[...] os nomes das profissões ou dos postos de trabalho [...], assim como sobre os títulos escolares, as armas e os espaços de luta e de negociação” (BOURDIEU, 1989, p. 174).

Não podendo ser reduzido às suas dimensões materialistas, o campo do trabalho em Bourdieu, portanto, não se limita a uma divisão social que contrapõe prosaicamente patrões e assalariados. Para o sociólogo, a empresa, por exemplo, está longe de constituir um lugar homogêneo: modelo emblemático que deve contribuir para um bom funcionamento, o organograma reúne “[...] agentes cujos interesses específicos estão ligados a cada uma dessas organizações e funções, e que podem entrar em conflito por múltiplas razões, em particular, pelo poder de decidir sobre os rumos da empresa” (BOURDIEU, 2000, p. 93). Aquilo que frequentemente se apresenta como estratégias decorrentes de concertações, na realidade corresponde mais à soma:

(...) de inúmeras decisões, pequenas ou grandes, ordinárias ou extraordinárias, que, em cada caso, são o produto da relação entre, de um lado, interesses e disposições associados a posições nas relações de força dentro da empresa e, de outro, da capacidade de fazer valer interesses ou disposições, que, por sua vez, também dependem do peso dos diferentes agentes envolvidos na estrutura e, portanto, do volume e da estrutura do seu capital (BOURDIEU, 2000, p. 94).

Consequentemente, “(...) o ‘objeto’ daquilo que às vezes se denomina ‘política da empresa’ nada mais é do que o campo da empresa” (BOURDIEU, 2000, p. 94), ou seja, é menos o resultado de escolhas pessoais ou de trocas coletivas do que o resultado de uma luta desigual entre agentes, com trajetórias e habitus diferenciados, que tentam, de todas as formas – principalmente por meio do seu capital escolar e simbólico – impor sua visão sobre a condução da empresa.

Possivelmente, mais do que outros conceitos de Bourdieu, o campo se apresenta como uma das noções que dispõe das propriedades mais ricas para se analisar o mundo do trabalho: ao tornar a luta, particularmente a simbólica, o princípio motor da constituição de um grupo ou de um espaço social, ele oferece possibilidades de análise tão vastas quanto os objetos do campo da “Sociologia do trabalho”, abrangendo tanto o estudo das profissões, das relações profissionais e da conflitualidade, quanto o das empresas e das organizações.

Conclusão

A obra de Pierre Bourdieu parece ter muito mais a dizer sobre o trabalho do que ela permite supor *a priori*: os objetos que a tornaram célebre são capazes de oferecer muito mais do que os títulos aos quais são frequentemente reduzidos. Por exemplo, com frequência omite-se, em sua conhecida análise da “escola conservadora”, a tênue ligação entre a instituição escolar e o trabalho: encarregada de preparar subjetivamente os indivíduos para as posições para as quais estão socialmente programados, a escola exerce uma influência sem equivalentes no mundo profissional, tanto nas atitudes individuais quanto nas estruturas que as determinam, como demonstram suas pesquisas sobre a desclassificação. Mas, enquanto teoria geral do mundo social, a sua Sociologia dispõe, sobretudo, de um conjunto variado de ferramentas capazes

de levantar problemáticas antigas e permanentes sobre o mundo do trabalho. Seu conceito de habitus permite, assim, compreender melhor os mecanismos de apropriação de um cargo ou, mais amplamente, de socialização profissional: ao lançar luz sobre as condutas no trabalho por meio do encontro – feliz ou não – entre trajetória social, propriedades e definições de um cargo, Bourdieu supera a armadilha de uma leitura sincrônica – frequente nas condições de trabalho – e mostra que a relação com o trabalho é o resultado de uma articulação complexa entre as socializações primária e secundária. O *habitus no trabalho*, portanto, não pode ser reduzido à expressão profissional de uma relação social situada. Para Bourdieu, *o trabalho é um campo*, um lugar de confronto entre posições antagônicas no qual cada parte tenta impor sua dominação. O sociólogo não se contenta, aqui, em imitar Marx: se o mundo do trabalho se fundamenta em lutas de natureza materialista, ele destaca a centralidade dos conflitos simbólicos, particularmente em torno das taxonomias que enquadram o trabalho ou que orientam as políticas de uma empresa. Ao postular que o conflito por ganhos específicos tem o efeito de circunscrever determinados interesses e, conseqüentemente, de delimitar atores e espaços sociais, as noções de habitus e de campo tornam possível ir além do trabalho assalariado, para abranger todos os universos nos quais as atividades produtivas são realizadas. Bourdieu mostra, em numerosas ocasiões, não apenas que o trabalho não é necessariamente o resultado de uma dominação estrutural ou institucional, mas que ele produz lutas, em especial, pela sua definição, e conforma grupos profissionais: artistas e cientistas, advogados e acadêmicos, todos têm em comum o fato de estarem unidos por um conflito sobre as prescrições de sua posição, função ou missão.

Por fim, compreende-se o mal-estar que muitos sociólogos do trabalho sentem em relação à obra de Pierre Bourdieu. Enquanto eles estão acostumados a analisar o seu tema, com maior frequência, sob o prisma da atividade, do conflito, da empresa ou da instituição, o sociólogo francês está interessado no *making of* dos trabalhadores: de um lado, na forma pela qual o seu pertencimento de classe e sua trajetória produzem disposições profissionais particulares; e de outro, no modo pelo qual esses mesmos trabalhadores lutam para impor a definição de seu trabalho e de sua profissão. Bourdieu é, portanto, um pensador da socialização profissional em uma acepção diacrônica e antropológica. Dito de outra forma, ele reinsere o trabalho na sociedade no ponto onde a especialização disciplinar havia acabado por isolá-lo. Assim, em vez de se persistir na desqualificação da pertinência das ferramentas bourdieusianas para pensar o trabalho (HIKARU DESAN, 2013; BURAWOY, 2019), parece mais sensato se apropriar dessas ferramentas, como alguns já estão fazendo ao relacionarem classes sociais, estilos de vida e trabalho (ATKINSON, 2009; HALFORD; STRANGLEMAN, 2009; LAURISON; FRIEDMAN, 2016). Mesmo que se ofereçam perspectivas, sem dúvida, passíveis de correção, seus conceitos permanecem fecundos. De fato, ao propor uma Sociologia do Trabalho integrada, Bourdieu abre a possibilidade de refazer o trabalho enquanto objeto central na compreensão das sociedades.

Referências

- ATKINSON, Will. **Rethinking the Work-Class Nexus: Theoretical Foundations for Recent Trends**. Sociology, v. 43, n. 5, p. 896-912, out. 2009.
- AVRIL, Christelle; CARTIER, Marie; SERRE, Delphine. **Enquêter sur le travail, Concepts, méthodes, récits**. Paris : la Découverte, 2010.
- BEVORT, Antoine *et al.* **Le dictionnaire du travail**. Paris : PUF, 2012.
- BOURDIEU Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Les héritiers**. Paris : Minuit, 1964.
- BOURDIEU Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **La reproduction**. Paris : Minuit, 1970.
- BOURDIEU Pierre. La force du droit [Eléments pour une sociologie du champ juridique]. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 64, p. 3-19, 1986.
- BOURDIEU Pierre. Le champ scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 2, n. 2-3, p.88-104, 1976.
- BOURDIEU Pierre. L'école conservatrice. Les inégalités devant l'école et devant la culture. **Revue française de sociologie**, Paris, n. 7-3. p. 325-347, 1966.
- BOURDIEU, Pierre. **Choses dites**. Paris : Minuit, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Paris : Minuit, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. **La Distinction**. Paris : Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'Etat**. Paris : Minuit, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris, Paris : Minuit, 1980a
- BOURDIEU, Pierre. **Les règles de l'art** : genèse et structure du champ littéraire. Paris : Seuil, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **Les structures sociales de l'économie**. Paris : le Seuil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Méditations pascaliennes**. Paris : Seuil, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **Raisons pratiques**. Paris : Seuil, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. Le marché des biens symboliques. **L'Année sociologique**, Paris, v. 22, p-49-126, 1971.
- BOURDIEU, Pierre. La double vérité du travail. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 114, n. 1, p. 89-90, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Esquisse pour une auto-analyse**. Paris : Raisons d'agir, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Questions de sociologie**. Paris : Minuit, 1980b.
- BOURDIEU, Pierre ; DARBEL, Alain ; RIVET, Jean-Paul ; SEIBEL, Claude. **Travail et travailleurs en Algérie**. Paris : Mouton, 1963.
- BROOK, Paul; DARLINGTON, Ralph. Partisan, scholarly and active: arguments for an organic public sociology of work. **Work, Employment & Society**, v. 27, n. 2, p. 232-243, 2013.
- BURAWOY, Michaël. The Roots of Domination: Beyond Bourdieu and Gramsci. **Sociology**, v. 46, n. 2, p. 187-206, 2012.
- BURAWOY, Michaël. **The Poverty of Philosophy: Marx Meets Bourdieu** in The Oxford Handbook of Pierre Bourdieu. Oxford: Oxford University Press, 2019. Disponível em: <http://burawoy.berkeley.edu/Marxism/Poverty%20of%20Philosophy.Bourdieu%20vs.%20Marx.pdf>
- DELSAUT, Yvette. Sur les héritiers. In : CHAPOULIE, Jean-Michel *et al.* (ed.). **Sociologues et sociologies. La France des années 60**. Paris : L'Harmattan, 2005. p. 65-79.
- GIRAUD, Baptiste; YON, Karel; BEROUD, Sophie. **Sociologie politique du syndicalisme**. Paris : Armand Colin, 2018.

- HALFORD, Susan; STRANGLEMAN, Tim. Editorial Introduction. Search of the Sociology of Work: Past, Present and Future. **Sociology**, v. 43, n. 5, p. 811-828, 2009.
- HIKARU DESAN, Mathieu. Bourdieu, Marx, and Capital: A Critique of the Extension Model. **Sociological Theory**, v. 31, n. 4, p. 318- 342, 2013.
- RANDLE, Keith; FORSON, Cynthia; CALVELEY, Moira. Towards a Bourdieusian analysis of the social composition of the UK film and television workforce. **Work, Employment & Society**, v. 29, n. 4, p. 590-606, ago. 2015.
- LAURISON, Daniel; FRIEDMAN, Sam. The class pay gap in higher professional and managerial occupations. **American Sociological Review**, v. 81, n. 4, p.668-695, 2016.
- LEITE LOPES, José Sergio. Touraine e Bourdieu nas Ciências Sociais Brasileiras; Duas Recepções Diferenciadas. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 3-5, p. 43-79, 2013.
- ÖZBILGIN, Mustafa; TATLI, Ahu. Understanding Bourdieu's contribution to management and organization studies. **Academy of Management Review**, v. 30, n. 4, p. 855-869, 2005.
- PASSERON, Jean-Claude. Mort d'un ami, disparition d'un penseur. In : ENCREVÉ, Pierre ; LAGRAVE, Rose-Marie (org.). **Travailler avec Bourdieu**. Paris : Flammarion, 2004. p.17-91
- QUIJOUX, Maxime. **Bourdieu et le travail**. Rennes : PUR, 2015.
- ROMBALDI, Maurício; TOMIZAKI, Kimi. Trabalhadores, sindicatos e a transnacionalização da militância. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 45, p.14-22, 2017.
- TOMIZAKI, Kimi. A herança operária entre a fábrica e a escola. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 153-171, 2006.

Recebido em: 12/07/2021

Aceito em: 04/10/2021